

Todo poder a /as peñas!

Ricardo Araujo Parro

Resenha de François Tosquelles, *Uma política da loucura – e outros textos*, org. Anderson Santos, São Paulo, sob influência/Ubu, 2024, 208 p.

Será mesmo que certos autores e textos chegam atrasados? Foram injustiçados pela História e pela história local, brasileira? Não seria antes o caso de pensar que eles chegam a seu tempo e lugar? Não na hora certa, na hora marcada cujo destino precisaríamos desvelar. E que então, como a vocação e a atividade política, militante parecem pressupor uma boa dose de egocentrismo, elaboramos dessa história, de heróis e revolucionários, um romance, como aquele que todos nós – todos quem? – escrevemos de nossa família. Nada de questões retóricas ou profissão de fé iconoclasta. O recém-publicado *Uma política da loucura – e outros textos*, organizado e traduzido por Anderson Santos, não promove nenhuma filosofia a marteladas. Essa questão, a da política e a da loucura, bem como de uma política da loucura afeita a uma cotidianidade do tratamento, mas sem se isentar daquilo que ela poderia quiçá acrescentar ao político, num momento como o nosso, seduzem para a construção da lenda em torno e através da qual giram todos os textos reunidos, ao mesmo

tempo que instauram aí um campo problemático. Talvez pouco conhecido nos meios psicanalíticos, François Tosquelles (1912-1994) como que constitui uma das estrelas da constelação fundadora do que, através da pena de Georges Daumezon (1912-1979), convencionou-se chamar de psicoterapia institucional, cujos ecos, efeitos de contágio e propagação se veem no movimento antimaniacomial, na saúde pública e nas práticas psicoterapêuticas que trabalham com hipóteses externas ou compósitas ao consultório privado, como o acompanhamento terapêutico.

O caleidoscópio armado por Anderson – seria difícil sustentar que se trata de uma organização, pelo menos em seu sentido orgânico – compõe-se de texto de estratégia política e análise de conjuntura, entrevistas, transcrição de um filme-depoimento, falas em congressos, memórias e um depoimento do filho de Tosquelles, Jacques Tosquellas, cujos assuntos são variegados como a própria figura em cena. De certa maneira, essa colagem ou montagem parece tentar se aproximar, ainda que de forma livre, à proposta do psiquiatra franco-catalão da instauração de espaços heterogêneos como condição de possibilidade para a criação de instituições, isto é, trocas simbólicas no campo do contato humano, na qual ouvimos os ecos de ideias antes vertidas para o português como a heterogênese e os agenciamentos de Félix Guattari ou a partitura diacrítica do Coletivo, como se expressava Jean Oury. A despeito do que a orelha, assinada por Vladimir Safatle, e o prefácio, de Paulo Amarante, poderiam ainda contribuir para algum tipo de pintura ideal – não digo que o façam, mas as armadilhas do imaginário e das formas perfeitas estão sempre atuantes nos atos de ler/escrever sobre um referente – a composição multidimensional deste objeto trabalha para dissipar a sombra desse Ideal de Eu. Como afirma Tosquelles numa das entrevistas coligidas:

Não celebro a marginalidade, mesmo que eu, como todo mundo, tenha traços histéricos e paranoicos. Todavia, é uma alegria que desde 1939 eu tenha me encontrado

Ricardo Araujo Parro é psicanalista, aspirante a membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e mestre em filosofia pela USP.

DOI: 10.70048/percurso.74.179-181

marginalizado. Alguns me chamam de vermelho ou progressista, outros de reacionário; no contexto psicanalítico, alguns me consideram kleiniano, outros lacaniano, ou até mesmo psicodramatista.

De fato, é verdade, nunca fui ortodoxo; posso prestar à confusão. Porém, nunca ou quase nunca sou confuso na minha práxis, se bem que eu possa, se necessário, mudar minha estratégia (p. 128-129).

É desde o texto *Os significados das consignas do POUM* que percebemos o lugar marginalizado onde vicejaram as ideias de François Tosquelles. Por ideias aqui não vamos entender as atividades do filósofo de gabinete, mas a do psiquiatra militante. Costuma-se dizer no acompanhamento terapêutico que o terapeuta intervém com o corpo. Mas que corpo seria esse senão o próprio corte, o entre-dois? Entre os fascistas e os comunistas-stalinistas, a estratégia do Partido Operário da Unificação Marxista parecia revelar o que em bom paulistanês chamamos de ideias fora do lugar e pretendia ajustar as suas consignas à conjuntura local, conectando a ação à história material e às condições institucionais locais – adiantando ou captando nos ares do tempo o que viria a ser chamado em meio sociológico ou da psicologia social de *análise institucional*, práxis prévia a toda psicoterapia institucional possível. Como Tosquelles diz ainda num dos textos reunidos por Santos, algo como: “não me venham com esses Soviets, não temos Soviets aqui, mas temos botecos (*peñas*), e é ali que se trama a revolução” – sem qualquer necessidade do desenvolvimento social em suas etapas, feudalismo-burguesia-socialismo-comunismo, que se já não tinha nenhum lastro na Rússia, na Catalunha receberia um “*Va te a mierda!*”. Daí que podem comparecer, numa composição própria, estratégias leninistas, avaliações stalinistas, espírito trotskista e alianças anarquistas. Desde muito cedo em sua antologia temos a impressão de que Santos estava certo em insistir: esse estilo tosquelliano é pensar com os pés. Pés estes que se afiguram na capa do livro, sustentam uma embarcação surreal e pisam a cabeça de Tosquelles, numa hierarquia imagética

polissêmica – não seria antes a cabeça que pensa os pés e permite a navegação, uma nova Atena-navio-caminhante? Onde se fincam os pés?

Esse antidogmatismo telúrico figura como peça central nas ideias da psicoterapia institucional, como descobrimos em *O que se deve entender por psicoterapia institucional?*. Há como que uma recusa de toda receita, de toda teoria que possa se apresentar como a enumeração ideal *a priori* das condições de sua prática. E isso porque ele preferia dizer que a psicoterapia institucional não existe, “existe somente um movimento de psicoterapia institucional que nasce e renasce nos estabelecimentos psiquiátricos clássicos” (p. 136). É um trabalho que se consuma em situação, com as contradições que se tem aos pés e que, se deixadas a elas mesmas e ao trabalho de síntese egoica, produzem o imobilismo do estabelecimento. E nos previne: não é acabar abstratamente com as contradições. Cabe, antes, colocar em movimento o que parecia intransponível, estancado. Movimento dialético cuja síntese é antes a posição do contato, a conjugação do disparatado. Não destruir os fantasmas, nem propor uma fantasmoterapia psicodramática, mas instaurar a ação, promover a abertura, as frestas para o surgimento de falas e dizeres.

Para nós, trata-se de ações ou reações à pulsão encarnada ora pelos médicos, ora pelas enfermeiras, ora pelos pacientes ou por todos juntos, de uma maneira descontínua e como consequência de misturas espontâneas e aleatórias; no entanto, tais fatos em si são apenas anedóticos, pois o que conta, o que permite contar, são os efeitos dos cortes na vida cotidiana, a partir daí diversificado e apto – mediante o jogo das oposições significativas que se revelam – às permutações que permitem a dialetização do desejo (p. 138).

O psiquiatra se torna assim um facilitador de pontes. Imagem que pode enganar hoje em dia. Ele não é uma agência de *networking*. Ele não coloca em contato em prol do serviço dos bens. Uma ponte é um corte, é uma diferencial. Se há sempre um terceiro no campo da fala, parece que a facilitação desse trilhamento é também uma facilitação no real-social representante do processo

de institucionalização das trocas simbólicas no espaço psíquico. Assim, ser representante da representação, para Tosquelles, é mais ocupar o papel de destaque no sentido cinematográfico, um catalisador do movimento do filme. Ele não é o diretor, nem o personagem mais importante. Não tem valor de celebridade, mas valor poético, a instituição de encruzilhadas, como numa rima. É que se cura o estabelecimento¹ – vejam bem, Tosquelles não parece ter ilusões quanto a isso, o dito e o estabelecido são elementos constitutivos da própria humanização e cultura – ao mesmo tempo que se trata o tecido linguageiro originário de cada pessoa. O ser humano, segundo Tosquelles, secundando Aristóteles, é um animal político, o que implica dizer que ele é antes de tudo político, nascido político, em meio a uma miríade de grupos e institucionalizações heterogêneas. O casal parental e sua prole, nessa acepção, são atravessados, cortados, tramados por todo tecido linguageiro territorial. A própria pulsão de morte é, antes de tudo, uma pulsão transpessoal política, dos contatos, cujo representante, como veremos, é o assassinato do Outro e a Separação, momento fundante da cultura e sempre virtual em cada um. Daí que o triângulo edípico persista, mas com uma mudança em sua tônica.

Ao enfatizar a institucionalização, estamos falando de acontecimentos concretos, trocas concretas, encontros e reconhecimentos na *pluralidade das relações triangulares imbricadas* e constitutivas da vida humana e de cada pessoa. [...] Na verdade trata-se da constituição da estrutura simbólica, que, por sua vez, será submetida, pelos desdobramentos da sua própria combinatória, ao sabor das miragens do desejo, o deslizamento de sentido e até mesmo o advento de todos os sentidos. É por meio de tal jogo original e sempre recommençado que o homem entra – conjuntamente, ele mesmo e o grupo do qual é produto, parte e criador – no drama humano em que

será sempre questão de sua posição problemática de sujeito diante do desejo (p. 145-146).

Começamos a atingir o limite de nosso objeto bem como do resenhista. Percebe-se que ele se desviou do mito, da trajetória militante e psiquiátrica de Tosquelles, o modo como enfrentou os fascistas, quase foi assassinado, exilou-se, escapou duas vezes do paredão; ele também não contou a história dos acontecimentos que levaram à montagem de novos dispositivos terapêuticos revolucionários. Tudo isso o leitor encontrará no livro e com a dicção e inflexão que, mesmo não sendo a do estranho francês de Tosquelles, ainda podemos sentir na tradução de Santos. Não foi exatamente nenhuma fobia ao ideal de Eu e às formas perfeitas. Ficamos antes interessados pelo que não sabíamos, suas formulações metapsicológicas. Resenha, portanto, mais do que parcial. Supostamente nos afastamos da práxis, da política, dos equipamentos concretos, mas apenas para tentarmos pescar alguns dizeres de Tosquelles. A recusa à filosofia, à sociologia, a suspeita a toda e qualquer teoria, e principalmente a sua própria, aparece mais como uma crítica aos idealismos e delírios metafísicos que não se encarnam em uma práxis. Se a prática precede,

a dependência da contingência e do acontecimento torna indispensável que a equipe terapêutica disponha de um conjunto conceitual mais preciso e coeso. Sem uma formação teórica adequada – *que também seja contextualizada no território* – a atividade psicoterapêutica corre o risco de se afundar em uma passividade do tipo “aceito tudo”, para não dizer “não diretiva”, ou até mesmo se envolver em verdadeiras escaladas de passagem ao ato, por precipitações “acadêmicas” ou “divinatórias”, ou mesmo por uma análise selvagem (p. 147).

Ora, essa concepção mais coesa e precisa parece mais introduzida, mais aludida, mais ensaiada do que articulada. Talvez seja o estilo de Tosquelles, sempre estrangeiro, aberto, à espera que a ele acrescentemos algo de nosso. E vale então, a fim de uma última aproximação, voltarmos-nos

¹ Precisamos marcar uma diferença central entre a concepção de instituição de Daumezon e de Tosquelles. Como o leitor terá percebido, instituição não é como na língua corrente o estabelecimento, como ocorria afigurar nas análises de Daumezon. Para Tosquelles, instituição é a promoção das trocas no *socius*, no território, e não se limita ao Hospital psiquiátrico, por exemplo.

ao texto *Política e psiquiatria*. Paramos no tema do assassinato e das barras que ele exige. Aqui o tema é justamente o esquecimento que recai sobre a política, seja na psiquiatria, seja na psicanálise. Esquecimento que, segundo Tosquelles, promove cegueira não apenas dos impactos políticos nos pacientes e profissionais da saúde, mas também no apagamento da perlaboração ética que aparece como a direção da psiquiatria-disparatria. Portanto, talvez prevendo acusações que aparecem em outros textos de que o fazer dele não era psicanálise, mas política, Tosquelles escolhe, para falar da política, justamente o ângulo da sua atividade clínica e divide sua fala publicada em duas partes: uma apresentação teórica e um apêndice tecido sobre uma vinheta clínica.

A primeira parte constrói – no sentido freudiano mesmo – um acontecimento inconsciente, fantasiado ou não, mas sempre acobertado, seja pelo esquecimento, pelas pequenas amnésias, toda uma política da infância, seja no próprio movimento psicanalítico que se esquece ou se choca com as pesquisas que apontam para desejos assassinos nas mães em casos de o bebê nascer com “deficiência mental” (sic); ou a amnésia do desejo assassino do pai, que não desperta nenhum choque, pelo contrário, é acolhido como fazendo parte de políticas de infanticídio, como no caso de Laio que tenta matar Édipo. O complexo de Édipo, dessa forma, é construído para além do princípio do prazer – ou aquém dele – e assim ele não é mais o núcleo das neuroses, mas “a encruzilhada em que se entrelaçam todas as estratégias políticas” (p. 84). Todos esses efeitos da pulsão de morte – cuja derivação é, primordialmente, assassina – conduzem Tosquelles a formular uma Lei para além da proibição do incesto, já que se o campo simbólico primordial fosse o do puro assassinato, a humanidade estaria fadada ao desaparecimento, apagamento das marcas que não deixaria qualquer traço.

Se há uma lei que se estabelece e se torna a pedra angular do processo de singularização de cada um, ela é a proibição do assassinato do próximo. É por meio dela

que, de sua inscrição e observância, decorre a totalidade da organização ética do homem, na aventura, nos avatares e nos treinamentos que constituem para ele o ser com o *socius* (p. 84).

Deixo aos lacanianos a tarefa de formular isso de maneira mais precisa e coesa, dado que estamos num terreno de convergências e divergências explícito. O nível mais basal do ser humano, de seu tecido linguageiro anterior à divisão entre interno e externo, não é exatamente o do encontro com o tesouro dos significantes ou das cadeias que precedem ao nascimento, nem mesmo do choque da pulsão com o Grande Outro e do complexo do *nebenmensch*. Há sempre um aspecto sincrônico e dinâmico do assassinato e seu avesso e que se joga na transferência ou, vale dizer, no institucional – a partida nunca está jogada de uma vez por todas, constituindo uma *lalangue* que a despeito de si mesma promove a confusão entre virtual e passado original, fazendo do analista o proprietário da atividade analítica. Nem por isso entramos num completo hobbesianismo em que a fundação da política se deve ao fato de o homem ser o lobo do homem. Há uma gratuidade em que a pulsão e a Lei como que constituem o direito e o avesso. Parece-nos que, ainda seguindo Tosquelles, a cada encontro nas triangulações da vida algo como um assassinato acontece, e a Lei da proibição do assassinato estabelece o seu esquecimento antecipado. O esquecimento ganha um aspecto positivo, constitutivo para colocar o sujeito no tecido social e no drama humano. A direção do tratamento segue a trilha dessa positividade: não mais a tomada de consciência, mas a dedicação ao inconsciente, aos encontros, à sempre aberta possibilidade de humanização. Podemos especular que o grande Outro de Tosquelles não se situa no nível da língua em oposição ao nível da fala, mas nesse campo transfinito do movimento institucionalizante da vida – há como que um reposicionamento das falas vazias e uma multiplicação dos grandes Outros, talvez.

Estamos, é claro, fazendo apenas apontamentos, aproximações que o leitor poderá

completar no encontro com o livro. O estilo de Tosquelles desencaminha. Não é apenas o seu francês que permanece estrangeiro a fim de que o ouvinte tenha que acrescentar algo ao que escuta e lê e, assim, formular um dizer que é seu. Temos a impressão de que a segunda parte do texto que estamos apresentando procura ilustrar que justamente esse esquecimento antecipado é o que permite o trabalho de perlaboração e “operar uma escolha narcísica de objeto, em vez de ser engolfado por escolhas analíticas e fusionais” (p. 74). Tomando o sonho de um paciente e sua elaboração no aqui e agora da sessão, bem como de suas próprias reações e tentações, o psicanalista Tosquelles lembra algum tipo de Santo Antônio. O sonho traz um conteúdo político inegável em que o analisando parece se perguntar, afinal de contas, que diabos ele tem a ver com todo o contexto da política psiquiátrica que o atravessa e o interroga. E esse esforço de coerência no sonho seduz o analista à produção de sentido, a ajudar na elaboração de uma imagem, dado que ele, o analista, é um companheiro, um militante e um amigo, o que joga a favor de uma negação da transferência. Mas justamente, afirma Tosquelles, isso seria cair no campo histeriforme mais ou menos erotizado, estetizado ou ainda imaginário do Eu. O que o conduz a lembrar de que é na fissura dos silêncios que as oposições distintivas tecem o problema ético. Esses silêncios revelam justamente o assassinato do louco no filme de Fellini que surge no sonho. Contudo, no jogo de desvios que Tosquelles arma, não é por aí que a intervenção se faz. Ele não desvela o inconsciente, o jogo formal dos silêncios e recupera a teoria estruturalista das oposições distintivas. Colocar em contato com o inconsciente não é a promoção de um novo mestre capaz de revelar a verdade do destino.

...em síntese, o que para nós constitui o objetivo da prática psicanalítica é que, ao trazer à tona as conotações que a técnica das associações presentifica, o analisante aceita engajar – por assim dizer – *naquele que foi o seu ponto de partida como ser falante*. Ou seja, na verdade, visando ao *nonsense*, às partículas em jogo, e depois à sua organização progressiva, isto é visando ao inconsciente. *A análise é... se engajar*, se possível, além do trabalho de elaboração, em um trabalho de perlaboração (p. III).

Seria esse mais um dos jogos de cena do autor que fracassamos, a cada passo, acompanhar? Por diversas vezes encontramos alertas: não se destrói um fantasma ou uma fantasia sem que se destrua a si mesmo; ou ainda o ditado popular “Quebrar o espelho traz azar”. Não se sai do jogo de espelhos e ele pode mesmo ser salutar. Mas impor um jogo de espelhos novo é assumir a posição de mestre onisciente. Manter o contato com o inconsciente não é tomar consciência dele, mas, como lembramos a propósito de sua formulação da dialética pulsional, manter junto o disparatado. Ao forçar a mão do objetivo perlaborativo, Tosquelles não se esquece, dessa forma, de que a elaboração é essencial. Se possível, mas apenas se possível, se engajar na perlaboração – embora esteja aí a hipótese de uma direção do tratamento. De outro modo e em mais uma de suas inversões, ele nos lembra que se a política é a arte do possível, a terapêutica também o é.

O livro organizado por Anderson Santos – seria demais afirmarmos coescrito após a série de pequenos deslocamentos significantes que tentamos captar? – se afigura assim como uma entrada privilegiada, porque desviante. *Uma política da loucura*, ao manter lado a lado as múltiplas dimensões de seu referente, inclusive as imaginárias, egoicas, talvez tenha vindo adiantado, do futuro.